

Artigos

1. **O futuro do Instituto da Arbitragem no Brasil depende da convicção das partes na absoluta isenção dos árbitros**
Ricardo Lewandowski. 15
2. **Sentença arbitral que viola norma de ordem pública e controle pelo Poder Judiciário**
Alexandre Freitas Câmara. 27
3. **Arbitragem e protesto interruptivo de prescrição**
Thiago Marinho Nunes. 47
4. **A condenação ao reembolso de custas e despesas nos procedimentos arbitrais: considerações sobre o termo inicial dos juros**
Gustavo Tepedino, Carlos Nelson Konder. 65
5. **Arbitragem e administração pública nos setores de infraestrutura: evolução normativa, desafios da prática arbitral e a abertura à solução consensual de conflitos**
Ana Tereza Basilio, Fabiana Videira Lopes. 81
6. **Honorários sucumbenciais na tutela cautelar pré-arbitral**
Adriana Astuto, Guilherme Augusto Reis Filho. 105
7. **Revelar ou não revelar? A função do termo de arbitragem diante do uso de inteligência artificial na arbitragem**
Lucas Baltasar Morimoto da Silva, Mariana Martos Yamashita, Maria Fernanda Scaringella. 135
8. **O cumprimento espontâneo de decisões e sentenças arbitrais pelos cartórios de registro de imóveis e juntas comerciais**
Ricardo Ramalho Almeida. 157
9. **Desing de sistemas de disputas (DSD) na reestruturação empresarial: uma abordagem sistêmica para a gestão de conflitos e preservação de valor**
Alessandra Fachada Bonilha. 169

10.	Dever de revelação, transparência e árbitro de emergência: reflexões sobre a maturidade da arbitragem no Brasil Pedro A. Batista Martins.	185
11.	Produção de provas na arbitragem internacional Leonardo Ohlrogge, Gustavo Martins Costa.	197
12.	Quão promissor é o futuro da arbitragem comercial internacional? Uma análise das vantagens e dos desafios da arbitragem Luca G. Radicati di Brozolo.	241
13.	La responsabilidad arbitral internacional del Estado por actuaciones irregulares de sus jueces y tribunales Bernardo M. Cremades.	257
14.	Reforço da autonomia privada das partes na fase pós-sentença arbitral na arbitragem comercial internacional: sim ou não? Joana Galvão Teles, Luís M. Pereira Coutinho.	267
15.	Paternalismo protetivo, cláusula compromissória e assinatura eletrônica: um comentário ao REsp 2.159.956/PR Tiago Adão Ticoulat P. Borges.	303